

**TEXTO PARA DISCUSSÃO**

**3034**

**O CONSUMO DAS FAMÍLIAS  
BRASILEIRAS: UM OLHAR  
DE GÊNERO E RAÇA**

**LUANA PASSOS  
ANA LUIZA NEVES DE HOLANDA BARBOSA  
DANIELLE CARUSI MACHADO  
LUCIANA ALVES DOS SANTOS**



**O CONSUMO DAS FAMÍLIAS  
BRASILEIRAS: UM OLHAR  
DE GÊNERO E RAÇA<sup>1</sup>**

**LUANA PASSOS<sup>2</sup>**

**ANA LUIZA NEVES DE HOLANDA BARBOSA<sup>3</sup>**

**DANIELLE CARUSI MACHADO<sup>4</sup>**

**LUCIANA ALVES DOS SANTOS<sup>5</sup>**

1. As autoras agradecem o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) por meio da Chamada nº 43.196/2019-2.

2. Assessora especial da ministra do Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI), cedida pelo Centro das Humanidades da Universidade Federal do Oeste da Bahia (Ufob); e pesquisadora da Sociedade de Economia da Família e do Gênero (GeFam). *E-mail:* luanapassos\_s@hotmail.com.

3. Técnica de planejamento e pesquisa na Diretoria de Estudos e Políticas Sociais do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Disoc/Ipea); e pesquisadora da GeFam. *E-mail:* ana.barbosa@ipea.gov.br.

4. Professora associada da Faculdade de Economia e pesquisadora do Centro de Estudos sobre Desigualdade e Desenvolvimento (Cede), ambos da Universidade Federal Fluminense (UFF); e pesquisadora da GeFam. *E-mail:* dani\_carusi@hotmail.com.

5. Analista do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). *E-mail:* luh.alves@gmail.com.

**Governo Federal**

**Ministério do Planejamento e Orçamento**

**Ministra** Simone Nassar Tebet

**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

Fundação pública vinculada ao Ministério do Planejamento e Orçamento, o Ipea fornece suporte técnico e institucional às ações governamentais – possibilitando a formulação de inúmeras políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros – e disponibiliza, para a sociedade, pesquisas e estudos realizados por seus técnicos.

**Presidenta**

**LUCIANA MENDES SANTOS SERVO**

**Diretor de Desenvolvimento Institucional**

**FERNANDO GAIGER SILVEIRA**

**Diretora de Estudos e Políticas do Estado,  
das Instituições e da Democracia**

**LUSENI MARIA CORDEIRO DE AQUINO**

**Diretor de Estudos e Políticas Macroeconômicas**

**CLÁUDIO ROBERTO AMITRANO**

**Diretor de Estudos e Políticas Regionais,  
Urbanas e Ambientais**

**ARISTIDES MONTEIRO NETO**

**Diretora de Estudos e Políticas Setoriais,  
de Inovação, Regulação e Infraestrutura**

**FERNANDA DE NEGRI**

**Diretor de Estudos e Políticas Sociais**

**CARLOS HENRIQUE LEITE CORSEUIL**

**Diretor de Estudos Internacionais**

**FÁBIO VÉRAS SOARES**

**Chefe de Gabinete**

**ALEXANDRE DOS SANTOS CUNHA**

**Coordenadora-Geral de Imprensa e  
Comunicação Social**

**GISELE AMARAL**

**Ouvidoria:** <http://www.ipea.gov.br/ouvidoria>

**URL:** <http://www.ipea.gov.br>

# Texto para Discussão

Publicação seriada que divulga resultados de estudos e pesquisas em desenvolvimento pelo Ipea com o objetivo de fomentar o debate e oferecer subsídios à formulação e avaliação de políticas públicas.

© Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – **ipea** 2024

O Consumo das famílias brasileiras : um olhar de gênero e raça / Luana Passos ... [et al.]. – Rio de Janeiro: Ipea, 2024. 37 p.: il., gráfs. – (Texto para Discussão ; n. 3034).

Inclui Bibliografia.  
ISSN 1415-4765

1. Consumo das Famílias. 2. Gênero. 3. Raça. 4. Pesquisa de Orçamentos Familiares. I. Passos, Luana. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada.

CDD 339.470981

Ficha catalográfica elaborada por Elizabeth Ferreira da Silva CRB-7/6844.

**Como citar:**

PASSOS, Luana *et al.* **O consumo das famílias brasileiras**: um olhar de gênero e raça. Rio de Janeiro: Ipea, jul. 2024. 37 p. il. (Texto para Discussão, n. 3034). DOI: <http://dx.doi.org/10.38116/td3034-port>

**JEL:** D12; J15; J16.

As publicações do Ipea estão disponíveis para *download* gratuito nos formatos PDF (todas) e EPUB (livros e periódicos).

Acesse: <https://repositorio.ipea.gov.br/>.

As opiniões emitidas nesta publicação são de exclusiva e inteira responsabilidade dos autores, não exprimindo, necessariamente, o ponto de vista do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada ou do Ministério do Planejamento e Orçamento.

É permitida a reprodução deste texto e dos dados nele contidos, desde que citada a fonte. Reproduções para fins comerciais são proibidas.

# SUMÁRIO

SINOPSE	
ABSTRACT	
1 INTRODUÇÃO .....	6
2 O PAPEL DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS NOS PADRÕES DE CONSUMO: RESENHA DA LITERATURA.....	7
3 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: VULNERABILIDADES CRUZADAS .....	13
4 BASE DE DADOS E METODOLOGIA.....	15
5 RESULTADOS .....	18
5.1 Despesas de consumo e curvas de Engel.....	18
5.2 Sistema de equações de demanda .....	25
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS .....	32
REFERÊNCIAS.....	33

## SINOPSE

O objetivo deste trabalho é investigar o padrão de consumo das famílias brasileiras com ênfase no gênero e na raça do responsável (ou chefe) da família. Para tanto, foi estimado um sistema de demanda de forma simultânea para seis categorias agregadas de consumo: habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas. A análise foi feita utilizando-se dos dados da Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Os resultados mostram que as mulheres gastam mais em habitação do que os homens, enquanto estes investem seus recursos mais nas despesas de transporte. Os gastos com alimentação são maiores entre negros do que brancos, independentemente do sexo da pessoa de referência. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas tendem a gastar mais do que homens. Renda, educação, idade e filhos são importantes fatores que podem explicar as diferenças entre os resultados.

**Palavras-chave:** consumo das famílias; gênero; raça; Pesquisa de Orçamentos Familiares.

## ABSTRACT

The objective of this study is to analyze the patterns of Brazilian household consumption based on the gender and race of the head of the household. To do so, we estimated a simultaneous demand system for the six main aggregate consumption categories: housing, transportation, food, health, education, and other expenses. The analysis was done with the 2017-2018 Household Budget Survey, by National Statistical Bureau. Our results suggest that women spend more on housing than men, while men invest more resources in transportation expenses than women. As for consumption patterns by race, the results suggest that in food expenses, black households spend more than white, regardless of the gender of the household head. In health and education expenses, white household heads spend more than black, and, about health, white women tend to spend more than men. Income, education, age, and children are important factors that may explain differences in these results.

**Keywords:** household consumption; gender; race; Consumer Expenditure Survey.

## 1 INTRODUÇÃO

Um intenso processo de mudanças sociodemográficas – queda da fecundidade e mortalidade, envelhecimento populacional, relaxamento dos papéis tradicionais de gênero – tem impactado o tamanho, a organização e as preferências das famílias. Essas mudanças refletem na diversificação dos arranjos familiares, tendo-se presença cada vez mais marcante de famílias unipessoais, monoparentais, casais sem filhos e famílias reconstituídas. No bojo dessas novas tendências sociodemográficas, é importante compreender o padrão de despesas de consumo das famílias, bem como as alterações que podem estar em curso.

A renda surge como um importante determinante do nível e padrão de consumo. É uma constatação empírica recorrente, em diversos países e em diversos momentos históricos, a de que a participação das despesas com alimentação no orçamento das famílias se reduz com a elevação da renda. De fato, tal relação pode não só ser observada em um dado momento do tempo (dados em corte transversal) como também verificada ao longo do tempo (dados em séries temporais). Por ser uma das regularidades empíricas mais bem estabelecidas na economia, essa relação é conhecida como lei de Engel, devido ao trabalho de Engel (1895). Assim, a representação gráfica da proporção das despesas com um item específico variando segundo a renda das famílias – alimentação, por exemplo – é chamada de curva de Engel e pode ser usada para ilustrar a lei de Engel (Chai e Moneta, 2010; Houthakker, 1987).

Além da renda, é sabido que os dispêndios das famílias têm vinculação direta com o estilo de vida individual, com a composição familiar (presença de crianças, adolescentes e de idosos no domicílio), com a estrutura familiar (sexo do chefe da família, presença de provedores, membros dependentes, entre outros), com o número de pessoas na família e com a condição financeira (Carvalho e Alves, 2010; 2012; Melo *et al.*, 2018; Sette e Coelho, 2020). Ou seja, o padrão de dispêndio, entre outros fatores, tem relação com questões de gênero, com o ciclo de vida, renda e composição e arranjo familiar.

No entanto, a evidência empírica apresenta uma escassez no que diz respeito à relação entre as questões que envolvem a interseccionalidade de gênero e raça do chefe de família, além de uma análise com dados mais recentes. São escassos os estudos no Brasil que juntam a dimensão de cor/raça à dimensão de gênero para estudar o consumo. Os resultados em termos de bem-estar social para as famílias chefiadas por homens e mulheres cruzados por cor/raça mostram que esta análise é relevante e pode trazer subsídios para discussão de políticas públicas e ações efetivas na área.

Este *Texto para Discussão*, portanto, tem como objetivo preencher essa lacuna ao investigar o padrão de consumo das famílias brasileiras sob distintas características sociodemográficas, considerando o cruzamento de sexo e cor/raça. Para tanto, são estimadas curvas de Engel para seis categorias agregadas de consumo de bens e serviços (habitação, transporte, alimentação, saúde, educação e outras despesas), que trazem informações sobre a sensibilidade das famílias relativamente a variações na renda, entre outras variáveis sociodemográficas. As estimações são obtidas por meio de uma regressão por equações aparentemente não relacionadas – *seemingly unrelated regression* (SUR). A base de dados utilizada é a Pesquisa de Orçamentos Familiares (POF) realizada em 2017 e 2018 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

Além desta introdução, este texto encontra-se dividido em mais cinco seções. A segunda seção apresenta os apontamentos da literatura sobre padrões de consumo, dando ênfase à questão de gênero. Na literatura de gênero, há um esforço mais consolidado que mostra as diferenças de gasto com orçamento familiar. Já no que se refere à raça, se apresentam algumas ideias em paralelo com a literatura mais recente sobre as questões identitárias e as opressões decorrentes de classe. Existem poucos estudos na área que focam o padrão de consumo diferenciado por raça e gênero simultaneamente, logo, acredita-se que o foco que este *Texto para Discussão* traz é uma contribuição para a literatura, importante para entender algumas questões da sociedade brasileira, que tem um histórico de desigualdades e vulnerabilidades marcadas por estes aspectos. A terceira seção discute as opressões cruzadas ao considerar as assimetrias de gênero, raça e classe. A quarta seção apresenta a base de dados e a metodologia, ou seja, o modelo econométrico e as variáveis utilizadas para estimar as despesas de consumo. A quinta seção traz os resultados descritivos e estimados. É mostrado o padrão de consumo das famílias brasileiras a partir do cálculo de curvas de Engel e do peso de cada item de despesa na despesa total. Apresentam-se também os principais resultados estimados das curvas de Engel e suas relações com a interseccionalidade de gênero e cor/raça. Por fim, a sexta e última seção é dedicada às considerações finais.

## **2 O PAPEL DAS CARACTERÍSTICAS SOCIODEMOGRÁFICAS NOS PADRÕES DE CONSUMO: RESENHA DA LITERATURA**

A evidência empírica internacional sobre consumo por gênero é bastante ampla, mas a maior parte dos estudos vem das áreas de psicologia, sociologia e *marketing* (Ng, Bharti e Faust, 2020; Godin e Langlois, 2021; Ye, Bose e Pelton, 2019). Um tema

em que a literatura internacional tem se debruçado está relacionado ao chamado *pink tax* (“imposto rosa”, em tradução livre). O *pink tax* é uma prática de cobrança de preços mais altos em produtos e serviços voltados às mulheres em comparação a produtos similares destinados aos homens (Manzano-Antón, Martínez-Navarro e Gavilan-Bouzas, 2018; World Economic Forum, 2022).

Dada a existência desse “imposto”, agências e órgãos governamentais de alguns países, como é o caso de Estados Unidos, Reino Unido, França e Alemanha, propuseram-se a levantar dados sobre o tema com o objetivo de identificar os principais determinantes desse fenômeno (Fernandez e Silva, 2023). Em um estudo para a cidade de Nova Iorque, por exemplo, com base em 35 tipos de produtos (mais de setecentos itens individuais) de diferentes setores de produção, Blasio e Menin (2015) sugerem que produtos femininos custam 7% a mais do que produtos similares ofertados para os homens.<sup>1</sup>

No tema do consumo, a produção que investiga o Brasil com olhar de gênero não é tão vasta, quando se trata da perspectiva da área da economia e, mais especificamente, de estimativas de sistemas de demanda ou curvas de Engel. Guardam em comum, nos resultados encontrados na literatura, a constatação de existirem comportamentos distintos entre homens e mulheres no que diz respeito aos gastos (Pinheiro e Fontoura, 2007; Schlindwein e Kassouf, 2007; Carvalho e Alves, 2010; 2012; Queiroz e Coelho, 2017; Galvão e Almeida, 2018; Sette e Coelho, 2020).

Essas diferenças no padrão de consumo por sexo são observadas em análises descritivas, como mostram Pinheiro e Fontoura (2007). As famílias chefiadas por mulheres têm maior gasto em despesas de consumo, ficando em torno de 81% e, na chefia masculina, em 75%, o que indica proporcionalmente maior aquisição de bens e serviços essenciais para a vida cotidiana. Em linhas gerais, as autoras notam que, quando a mulher é a chefe da unidade de consumo, se gasta mais com habitação, vestuário, higiene, saúde, educação, cultura e serviços pessoais, ao passo que, na chefia masculina, se gasta mais com transporte, aumento do ativo, alimentação e outras despesas correntes.

Em relação às diferenças nos tipos de despesa por sexo, Carvalho e Alves (2010; 2012) atestam que, nas unidades de consumo em que as mulheres são chefes, as

---

1. Essas disparidades de preços com base no gênero estão presentes em vários setores, mas um setor em que tal encargo fica bem explícito é o de higiene e cuidados pessoais. Conferir também os estudos de Harvard Law Review Association (1996) e Duesterhaus *et al.* (2011) para o caso da Califórnia e cidades do sudoeste dos Estados Unidos, respectivamente.

despesas com habitação, educação e saúde têm maior peso, enquanto para a chefia masculina o peso com as despesas de alimentação, transporte, recreação, fumo, jogos, álcool e diversão sexual é mais elevado. Galvão e Almeida (2018) encontram resultados convergentes, eles mostram que mulheres têm maior gasto com alimentação dentro e fora de casa, roupa, criança, escola, cultura e recreação, doações e saúde comparativamente aos homens. Estes, por seu turno, têm maiores gastos com roupa, transporte, habitação e aumento do ativo. As evidências não parecem ser suficientes, no entanto, para concluir qual dos chefes (homens ou mulheres) planeja os gastos de modo mais direcionado para o bem-estar familiar (Carvalho e Alves, 2012).

Importante frisar também a abordagem feita por Galvão e Almeida (2018) sobre a validade para o Brasil de um modelo unitário, no qual as famílias tomam suas decisões de modo conjunto, desconsiderando preferências individuais. Os resultados encontrados pelos autores sugerem que o modelo unitário de comportamento familiar, no qual a renda vinda do esposo ou da esposa tem o mesmo impacto nos gastos dos produtos, deveria ser aceito considerando os seguintes bens: alimentação fora de casa, gastos com crianças, cultura e recreação, fumo e álcool, habitação e doações. Considerando as preferências individuais, modelo coletivo de decisão familiar, os autores ponderam que elevações na renda da mulher teriam maior impacto nos gastos com alimentação dentro de casa, vestuário feminino, saúde e gastos escolares do que aumentos na renda masculina.

Pensando especificamente no item alimentação, Carvalho e Alves (2012) encontram que nas famílias chefiadas por homens há um maior percentual de consumo de alimentos tempo-intensivos que na chefia feminina. Eles justificam esse achado considerando que, se o homem é o chefe, é provável que exista uma mulher cônjuge que irá se dedicar ao preparo de alimentos. Queiroz e Coelho (2017) encontram também que o consumo brasileiro de alimentos fora do domicílio tem pouca relação com o custo de oportunidade da mulher, que foi avaliado por meio dos salários. Esses autores consideram que no Brasil a inserção das mulheres no mundo do trabalho não direcionou expressivamente o consumo das famílias para fora do domicílio. Schlindwein e Kassouf (2007) acrescentam um olhar interessante ao debate ao investigar como o custo de oportunidade do tempo da mulher, mensurado a partir do número de anos de estudo, impacta na determinação dos padrões de consumo de alimentos. O achado das autoras mostra que o aumento do custo de oportunidade do tempo da mulher aumenta a probabilidade de adquirir alimentos prontos e de alimentação fora do domicílio; no contraponto, reduz a probabilidade de aquisição de feijão, arroz e farinha de trigo.

Ou seja, as mulheres menos escolarizadas tendem a se dedicar mais à preparação de alimentos que, em geral, são para o consumo da família.

Com relação ao *pink tax*, para o caso brasileiro, os estudos sobre o tema são incipientes e bastante recentes e possuem um caráter mais descritivo. Fernandez e Silva (2023), por exemplo, sugerem a existência de *pink tax* para serviços de lavanderia e salões de beleza nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil. Ainda que tal estudo tenha um caráter exploratório na medida em que a metodologia utilizada tem como base um levantamento de dados primários, os resultados encontrados sugerem preços significativamente maiores para serviços como corte de cabelo feminino, por exemplo. As autoras sugerem que o mercado age em duas instâncias: “perpetuando o estereótipo de gênero, de acordo com o qual as mulheres são mais predispostas a gastar mais que os homens, e se apropriando do mesmo em benefício próprio” (Fernandez e Silva, 2023, p. 22).<sup>2</sup>

Não foram encontrados estudos, até onde a revisão da literatura foi capaz de alcançar, que se detiveram no padrão de consumo no Brasil pensando especificamente a questão racial e a interseccionalidade.

Embora o foco deste texto seja avaliar como o consumo das famílias pode ser distinto a partir de sexo e cor/raça do chefe da família, é importante ponderar o que a literatura aborda em relação a padrões de consumo no que tange à composição familiar e à renda.

No que se refere à constituição das famílias, os estudos apontam padrões distintos de consumo a depender das faixas etárias dos componentes da família e dos arranjos estabelecidos. Há evidências de que a presença de idosos no domicílio eleva os dispêndios com saúde e habitação, ao passo que ter crianças em casa influencia maiores gastos com vestuário, higiene e educação (Pinheiro e Fontoura, 2007). Já no caso das famílias com adolescentes, os gastos *per capita* com vestuário e educação/recreação são maiores em comparação ao de famílias que não possuem adolescentes (Carvalho e Alves, 2012; Sette e Coelho, 2020). Para faixa etária mais avançada, Sette e Coelho (2020) observam um padrão distinto de consumo, sendo maiores os gastos *per capita* com saúde. Comparando arranjos familiares, esses mesmos autores notam que os tipos monoparentais e unipessoais, aqueles

---

2. Para uma análise do *pink tax* para o caso brasileiro fora do campo da Economia, conferir Umehara (2020) e Telles (2021) que analisam o encargo do ponto de vista do campo da Administração e do Direito, respectivamente.

chefiados por homens, parecem menos atentos aos gastos com habitação, saúde e educação/recreação do que os de chefia feminina.

No que diz respeito à renda, a evidência empírica sugere que a lei de Engel também se aplica para o Brasil (Sette e Coelho, 2020; Carvalho e Alves, 2010; 2012), ou seja, despesas com alimentação no orçamento das famílias têm trajetória decrescente à medida que se eleva a renda. Porém, vale observar que quando se avalia alimentação fora de casa tem-se uma relação direta entre aumentos da renda e os gastos alimentares (Queiroz e Coelho, 2017), certamente devido ao custo ainda elevado de comer fora de casa. Neste contexto e no que se relaciona às outras categorias de consumo, Galvão e Almeida (2018) mostram que no primeiro e segundo estrato de renda a maior despesa é alimentação, já no último nível de renda se destaca o gasto com habitação. Os mais ricos apresentam comparativamente aos mais pobres maiores gastos em setores de serviços de modo geral, ao passo que as famílias mais pobres concentram seus gastos em alimentos e produtos básicos (Carvalho *et al.*, 2016).

Nessa seara, o debate da interseccionalidade – consideração do imbricamento dos diversos sistemas de opressão que compõem na realidade – contribui para uma compreensão mais aguçada da experiência real das desigualdades. Embora só recentemente o termo interseccionalidade passe a ter projeção no debate nacional, o pensamento feminista negro desde as gerações de 1970 e 1980 tem dado centralidade à articulação de gênero, raça e classe para compreender as desigualdades (Rios e Sotero, 2019). A consideração da indissociabilidade das opressões estruturais já era apontada por pensadoras como Angela Davis ao fazer uma análise anticapitalista, antirracista e antissexista, mesmo antes de o conceito de interseccionalidade ter sido cunhado em 1989 por Kimberlé Crenshaw, em sua tese de doutorado (Ribeiro, 2018).

Na perspectiva de Crenshaw (2002), os fatores relacionados às identidades sociais, tais como gênero, classe, casta, etnia, raça, religião e orientação sexual, fazem com que existam problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas parte delas. As distintas violações de direitos humanos ficam escamoteadas quando não se levam em conta vulnerabilidades interseccionais de mulheres marginalizadas, como também de homens marginalizados (Crenshaw, 2002). Dessa forma, pensar a interseccionalidade é considerar de modo conjunto as distintas opressões que marcam a sociedade. Não se deve pensar de forma isolada gênero, raça e classe e nem hierarquizar uma dessas formas de opressão social (Ribeiro, 2018).

Charron-Chénier, Fink e Keister (2017), por exemplo, enfatizam a importância de analisar as disparidades nos padrões de consumo com base em fatores raciais. Tradicionalmente, essas diferenças foram frequentemente atribuídas a preferências pessoais. No entanto, análises conduzidas com dados da pesquisa amostral de despesas familiares dos Estados Unidos, referentes aos anos de 2013 e 2014 (Consumer Expenditure Surveys), revelam que as disparidades raciais no consumo persistem independentemente de outras desigualdades econômicas. Essas disparidades podem ser um elemento crucial, muitas vezes negligenciado, na perpetuação da desigualdade racial. Algumas das razões apontadas para a limitação do acesso dos afro-americanos a bens e serviços em comparação com os brancos incluem restrições no acesso ao crédito e discriminação do consumidor.

Outro estudo nessa linha é o de Zaw *et al.* (2017). Os autores analisam as desigualdades de gênero e raça usando como base a riqueza acumulada pelas famílias. Segundo os autores, a riqueza apresenta características substancialmente diferentes entre famílias brancas e negras nos Estados Unidos. Isso ocorre devido à exclusão das famílias negras das oportunidades de acumular riqueza, resultado de décadas de discriminação e negligência por parte do Estado. No entanto, é igualmente crucial considerar a dimensão de gênero nessa análise. Mesmo que as mulheres negras tenham experimentado avanços significativos em termos de emprego, educação e ocupação de cargos de gestão, elas ainda enfrentam consideráveis obstáculos na construção de riqueza em comparação com as mulheres brancas. Isso ocorre, em grande parte, porque as mulheres brancas também se beneficiam amplamente da transmissão de riqueza de geração para geração. Assim, o padrão de gastos de famílias chefiadas por mulheres negras carrega certamente uma marca histórica, de ausência de condições de renda e riqueza, que o diferencia do padrão de uma família chefiada por um homem branco.

As evidências são muitas de que o *status* social, o estilo e a qualidade de vida e o padrão de consumo são influenciados pelas identidades de gênero, raça e classe, portanto, não se podem compreender as relações que se estabelecem na sociedade desconsiderando o inter cruzamento dessas identidades. Na temática de consumo familiar, esses fatores identitários não deveriam ser negligenciados, pois padrão de renda, composição familiar, hábitos e preferências não são imunes em sua constituição a normas sociais, seus estereótipos e comportamentos moldados.

### 3 GÊNERO, RAÇA E CLASSE: VULNERABILIDADES CRUZADAS

A história das mulheres é marcada por vulnerabilidades dentro e fora dos lares, conforme a vivência de um sistema social assentado na dicotomia de poder entre os sexos – o patriarcado. “Patriarcado” é uma palavra muito antiga, que mudou de sentido ao longo do tempo e, hoje, mediante a acepção feminista, é entendido como uma formação social marcada pela opressão das mulheres (Delphy, 2009). Após uma longa história de invisibilidade feminina nesse sistema, foi a emergência do movimento feminista que permitiu a denúncia e luta contra as assimetrias de gênero perenizadas no patriarcado.

As feministas, e de modo mais amplo as teóricas do gênero, chamam a atenção para o fato de que as sociedades patriarcais se organizam por meio de assimetria de funções sociais entre os sexos, sendo aos homens atribuídas as atividades de maior valor e prestígio social, como as produtivas e as políticas, e às mulheres, as atividades tidas como subsidiárias, de manutenção do lar e de cuidados familiares.

Em conformidade com a constatação de dicotomia entre o espaço público e o privado, as feministas têm teorizado sobre o modo como se organiza o trabalho entre os sexos, sendo as contradições nesse âmbito sintetizadas no conceito de divisão sexual do trabalho. Conforme Hirata e Kergoat (2007), as relações sociais de sexo configuram um modo de organização no qual os homens assumem a função de provedores e, no contraponto, as mulheres exercem o papel de cuidadoras das famílias, originando um modelo tradicional de divisão sexual do trabalho. Esse modelo, nos tempos modernos, coexiste com outras formas de organização sexual do trabalho nas quais se admite a atuação das mulheres na arena pública, mas a essência do modelo permanece considerando que o cuidado é um atributo feminino.

A naturalização do cuidado como algo inerente às mulheres constrange a atuação social feminina, configurando desigualdades de gênero no mercado de trabalho, na política e nos espaços de poder na sociedade. No mercado de trabalho, a maior presença feminina na força de trabalho não conseguiu reverter ainda os menores salários, o maior desemprego, a maior informalidade do trabalho e as mais restritas proteções trabalhistas e previdenciárias (Guedes e Araújo, 2011; Pinheiro e Fontoura, 2007; Biroli, 2018; Passos, 2018). Na política e nos espaços de poder, a presença feminina ainda é bem diferente da masculina, dificultando a vocalização das demandas femininas nas diversas instâncias de representação social (Biroli, 2018; Romero e Kerstenetzky, 2015; Melo e Thomé, 2018). Assim, é notório que estereótipos de gênero conformam a atuação de homens e mulheres, por forças de normas socialmente arraigadas. No que

se refere ao assunto de que trata este texto, a literatura já registra padrão de consumo distinto por sexo, que parece, em alguma medida, estar em conformidade com normas de gênero que orientam comportamentos sociais distintos entre homens e mulheres.

É incontestável que a desigualdade de gênero se faz presente nos mais diversos espaços. No entanto, essa não é a única desigualdade estrutural que marca as sociedades, o racismo também tem forte peso em nações com passado escravocrata. Os países emblemáticos neste ponto são os Estados Unidos e o Brasil, que até hoje têm forte presença de racismo nas relações sociais. Os Estados Unidos são marcados por hierarquias de sexo, raça e classe, sendo os negros, em especial as mulheres negras, os possuidores do mais baixo *status* (hooks, 1995). O Brasil é um país racialmente desigual, principalmente para as mulheres negras, no acesso à educação e à renda, estando os homens brancos no topo da hierarquia social e as mulheres negras na base (Figueiredo, 2008).

Focalizando a realidade do Brasil, existem inúmeros exemplos de uma cultura impregnada pelo preconceito racial, basta ver nos noticiários os corpos negros sendo mortos de forma brutal, os indicadores de pobreza e vulnerabilidade da população negra, as ofensas em estádios de futebol a jogadores negros, entre outras formas de desumanização dos negros em nossa sociedade. O negro no Brasil, conforme Figueiredo (2008), é associado a coisas ruins nos mais diversos aspectos como a feiura, a burrice, a sujeira, enquanto o branco fica no polo oposto com a representação da beleza, da bondade e da justiça. Portanto, como bem aponta Carneiro (2017), não é possível nublar o conflito racial no Brasil, pois ele permanece estruturando o modo de organização da vida dos brasileiros desde a abolição da escravatura. A democracia racial é uma falácia recorrentemente acessada no país para driblar o fato de que a condição de vulnerabilidade do negro é influenciada pela negação de oportunidades e discriminação racial.

É sempre bom lembrar, como indica Ribeiro (2018), que ser racista não se limita a matar e destratar severamente uma pessoa negra. O racismo, para a autora, é um sistema opressor que se assenta na negação de direitos a um grupo. Sendo assim, não existe racismo reverso, afinal os negros não possuem poder institucional para oprimir os brancos.

Para lutar contra falácias, como democracia racial e racismo reverso, e construir uma nova identidade e percepção sobre a negritude, o movimento negro se organiza. Nas palavras de Gonzalez (1984), é no movimento negro que se tem o espaço necessário

para discutir a opressão racial. A partir daí, desenvolve-se uma consciência política sobre o racismo e sobre os seus efeitos e interfaces com a exploração de classe.

Com base nessas opressões identitárias, dois movimentos sociais se destacam nas sociedades: o movimento feminista e o movimento negro. O primeiro é centrado na luta das mulheres; o segundo, na dos negros. Nos primórdios, estes dois movimentos estavam separados, mas existia uma categoria que não se sentia representada em suas necessidades: as mulheres negras. Assim, aflora o feminismo negro, juntando as duas pautas de modo a dar voz a essas mulheres outrora invisibilizadas.

Conforme Collins (2017), o pensamento feminista negro apresenta o ponto de vista das mulheres negras sobre a condição feminina afro, sendo um conhecimento produzido por negras populares conforme seus papéis cotidianos de mães, professoras, musicistas, pastoras. Esse movimento, para a autora, traz para o centro da análise as vivências familiares das mulheres afro-americanas e como essas famílias são afetadas pelas opressões de gênero, raça e classe. Carneiro (2017) chama a atenção para o fato de que ser mulher negra acrescenta contradições na luta das mulheres, e o feminismo, para ser representativo das necessidades e interesses de todas as mulheres, teria que ser capaz de considerar essas contradições. O feminismo negro vem cumprindo esse papel ao conceder visibilidade à experiência da mulher negra e à distância que a separa da mulher branca, sobre a qual não pesam os efeitos deletérios do racismo estrutural. Todavia, conforme Ribeiro (2018), o feminismo negro traz um arcabouço teórico e crítico não apenas para problematizar a condição das mulheres negras, mas sobretudo para refletir sobre o modelo de sociedade que almejamos.

#### **4 BASE DE DADOS E METODOLOGIA**

Para a análise do padrão de consumo brasileiro a partir da ótica da interseccionalidade de gênero e cor/raça, são utilizados os microdados da POF realizada em 2017 e 2018 pelo IBGE.

A POF é uma pesquisa realizada com um intervalo temporal de ao menos cinco anos, que fornece informações sobre a composição dos orçamentos domésticos das famílias, a partir da investigação e mensuração de estruturas de consumo, dos gastos e dos rendimentos, segundo as características dos domicílios e das pessoas. A amostra da POF 2017-2018 foi concebida segundo o conceito de amostra mestra do Sistema Integrado de Pesquisas Domiciliares (SIPD), que o IBGE adota para todas as pesquisas domiciliares por amostragem. A amostra mestra investiga todos os estratos

socioeconômicos da população definidos na amostra mestra ao longo do ano da pesquisa (IBGE, 2020). Na amostra da POF atual foram investigados 1.900 municípios, equivalendo a 5.504 setores censitários, com resultados por nível geográfico para o Brasil, Grandes Regiões e todas as Unidades da Federação (UFs), áreas urbanas dos municípios das capitais e de algumas regiões metropolitanas. A POF 2017-2018 cobriu um período de doze meses, entre julho de 2017 e julho de 2018, tendo como data de referência 15 de janeiro de 2018, quando o salário mínimo era de R\$ 954,00. A amostra da POF 2017-2018 abarcou 57.920 domicílios – 58.039 unidades de consumo ou famílias –, com 178.369 residentes, o que representa aproximadamente 69.017.704 famílias brasileiras. Segundo a POF (IBGE, 2019, p. 13), “a unidade de consumo é a unidade básica de investigação e análise dos orçamentos”. Portanto, neste trabalho, o termo “família” será considerado equivalente à unidade de consumo.

A partir da POF, os dados da despesa total das famílias são classificados em despesas correntes, aumento do ativo e diminuição do ativo. As despesas correntes incluem as despesas de consumo e as outras despesas correntes. Estas últimas correspondem a despesas com impostos, contribuições trabalhistas, serviços bancários (tarifas e taxas), pensões, mesadas, doações e previdência privada.

Neste texto, o foco é dado para as despesas de consumo que correspondem “às despesas realizadas pelas unidades de consumo com aquisições de bens e serviços utilizados para atender diretamente às necessidades e desejos pessoais de seus componentes no período de pesquisa” (IBGE, 2020, p. 16). O padrão de consumo das famílias será analisado a partir de cinco categorias de despesas e uma categoria de outras despesas agregadas, conforme explicitado a seguir. As categorias de despesas de consumo foram escolhidas por serem as mais representativas em relação à despesa total e por também terem seus reflexos mais diretos em termos de ações e políticas públicas.

- 1) Habitação: aluguel; despesas com condomínio; manutenção e pequenos reparos com habitação; eletrodomésticos etc.
- 2) Transporte: ônibus, táxi, metrô, aquisições de combustível (gasolina e álcool) para veículo próprio, aquisição de veículos e despesas com viagens esporádicas, estacionamento, pedágio etc.
- 3) Alimentação: no domicílio e aquela realizada e consumida fora do domicílio.
- 4) Educação: mensalidades e outras despesas escolares, curso superior, artigos escolares, uniforme escolar, entre outros.

## TEXTO para DISCUSSÃO

- 5) Saúde: medicamentos e serviços médicos, hospitalares e odontológicos.
- 6) Outras despesas agregadas: itens como higiene e cuidados pessoais, serviços pessoais, vestuário e recreação e cultura, fumo e despesas diversas.<sup>3</sup>

O padrão de consumo é analisado segundo as diferenças das características individuais da pessoa de referência da família e da estrutura familiar e sempre considerando a questão da cor/raça e do sexo do chefe da família. Na tabela 1, que será apresentada na seção 5, podem ser observados os recortes usados neste estudo.

Para analisar o padrão de cada item de despesa de consumo, foram construídos gráficos que mostram as relações entre a participação da despesa de cada categoria na despesa de consumo total das famílias brasileiras e os centésimos da renda domiciliar *per capita* (RDPC). Foram traçadas as respectivas curvas de Engel para cada item de despesa, sem considerar fatores adicionais que afetam esta relação (sem controles). Formalmente, as curvas de Engel relacionam os gastos em consumo do bem  $i$  com a renda ( $x$ ), ou seja:  $p_i q_i = f_i(x)$ , em que  $p_i$  é o preço do bem  $i$  e  $q_i$  é a sua quantidade consumida. Estas curvas são muito utilizadas para entender o padrão de despesas de consumo.

As curvas de Engel não consideram fatores adicionais que afetam a relação das despesas de cada categoria com a despesa total. Entretanto, como é sabido que outros fatores, tais como características individuais, familiares e geográficas, podem também afetar os gastos em consumo de um bem e igualmente interferir no padrão de consumo, optou-se por também por estimar as curvas de Engel controlando para estes demais fatores.

Vale destacar que, ao analisar o padrão de despesas em vários bens, também foi considerada a possibilidade de substituição entre eles. Logo, o mais correto usualmente é estimar um sistema de demanda, em que as equações de demandas dos vários bens se inter-relacionam. Estas equações devem ser estimadas de forma simultânea. Neste texto, foram estimadas curvas de Engel impondo como modelo um sistema de equações aparentemente não relacionadas (SUR). A modelagem SUR permite que os termos de erros das diferentes equações de demanda sejam relacionados. Mudanças em fatores não observados, que afetam um dos itens de demanda, podem igualmente impactar de forma simultânea os demais. Por exemplo, uma mudança de preferências pode simultaneamente impactar os gastos em alimentação e os gastos em saúde, e assim por diante.

3. Para uma análise mais detalhada da composição de cada categoria de despesa de consumo, conferir IBGE (2019).

A análise dos resultados econométricos focalizará apenas as cinco categorias de despesas de consumo já elencadas. Vale destacar que foi incorporado também no processo de estimação um agregado que engloba as demais despesas que não foram analisadas, para conseguir estimar o sistema como um todo.

Dessa forma, o sistema de equações a ser estimado está descrito em (1):

$$y_{if} = X_f \beta_i + \varepsilon_{if}. \quad (1)$$

Em que  $y_{if}$  representa as despesas totais *per capita* da família (ou unidade de consumo)<sup>4</sup>  $f$  na categoria de despesa  $i$ . São seis as categorias de despesas calculadas em termos *per capita*: alimentação, habitação, transporte, saúde, educação e outras despesas. As variáveis explicativas estão descritas na tabela 1 e agrupadas na matriz  $X$ . Estas variáveis captam características familiares e da pessoa de referência da família. O vetor de parâmetros  $\beta_i$  é estimado para cada categoria de despesa  $i$ .

Como o interesse principal deste trabalho é o de avaliar as diferenças existentes no padrão de consumo com relação ao sexo e à cor/raça das pessoas de referência das famílias, seguindo de perto as discussões sobre interseccionalidade, os resultados serão apresentados na próxima seção para cada um dos quatro grupos de sexo e cor considerando as variáveis mais relevantes e controlando para as demais. Vale observar que a partir da modelagem SUR, as equações de demandas de todas as categorias de despesas foram estimadas considerando as inter-relações entre os termos de erros estocásticos  $\varepsilon_{if}$  das categorias de despesas.

## 5 RESULTADOS

### 5.1 Despesas de consumo e curvas de Engel

A tabela 1 revela que, a partir do recorte de sexo das pessoas de referência (chefes) das famílias, em que mulheres, independentemente da cor/raça, são, em média, mais velhas e mais escolarizadas do que os homens, quando a questão se trata de cor ou raça, tanto homens brancos quanto mulheres brancas têm, em média, mais idade e anos de estudo do que negros e negras.<sup>5</sup>

4. Por simplificação, consideramos que cada unidade de consumo será tratada como uma unidade domiciliar.

5. Neste trabalho, na definição de cor ou raça, seguiu-se a classificação adotada pelo IBGE, sendo usados os termos negro e negra ou preto e pardo e preta e parda como equivalentes.

**TABELA 1**  
**Características das(os) chefes de família e da estrutura familiar por sexo e cor/raça**

Variáveis	Brasil	Cor/raça branca	Cor/raça negra	Homens brancos	Mulheres	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
Características do chefe								
Idade	<b>49,85</b>	51,77	48,64	49,05	51,00	50,90	53,08	49,73
Idade (R\$)	<b>2.485,02</b>	2.680,13	2.365,85	2.405,90	2.601,00	2.590,81	2.817,49	2.473,07
Anos de estudo completos	<b>8,19</b>	9,07	7,63	8,02	8,42	8,90	9,32	7,89
Características familiares <sup>1</sup>								
Famílias sem crianças (%)	<b>58,49</b>	41,82	56,91	57,98	42,02	62,40	67,51	54,36
Famílias com crianças e sem idosos (%)	<b>37,23</b>	32,10	40,49	38,53	35,39	34,57	28,37	39,49
Famílias com idosos (%)	<b>24,20</b>	27,72	21,91	21,13	28,52	24,55	32,60	26,16
Que possuem cônjuge (%)	<b>17,42</b>	20,27	15,68	22,44	10,36	25,60	12,19	9,32
Total de moradores no domicílio (%)	<b>3,07</b>	2,87	3,20	3,12	3,00	2,99	3,20	3,19
Domicílios que recebem transferências sociais (%)	<b>20,45</b>	12,48	25,49	18,64	22,99	11,76	13,56	28,57
Renda total domiciliar per capita (R\$)	<b>1.848,59</b>	2.571,61	1.390,67	1.926,05	1.739,54	2.649,18	2.453,90	1.319,55
Localização geográfica (%)								
Áreas urbanas	<b>77,32</b>	77,62	76,37	71,74	85,18	72,97	87,39	83,87
Norte	<b>14,37</b>	6,88	18,83	14,19	14,61	6,69	7,18	18,69
Nordeste	<b>33,05</b>	21,87	40,22	30,16	37,12	20,11	24,53	44,61
Sudeste	<b>25,76</b>	31,25	22,33	26,93	24,12	31,85	30,35	20,57
Sul	<b>14,42</b>	28,43	5,82	14,60	14,16	28,29	28,64	5,93
Centro-Oeste	<b>12,40</b>	11,57	12,81	14,11	9,99	13,06	9,30	10,20
<b>Total de famílias</b>	<b>58.039</b>	<b>22.034</b>	<b>35.285</b>	<b>33.936</b>	<b>24.103</b>	<b>13.282</b>	<b>20.269</b>	<b>15.016</b>

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Nota: <sup>1</sup> Crianças são definidas como pessoas entre 0 e 14 anos de idade e idosos encontram-se acima de 65 anos de idade.

Obs.: Valores em reais registrados a preços de janeiro de 2018 segundo o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) geral.

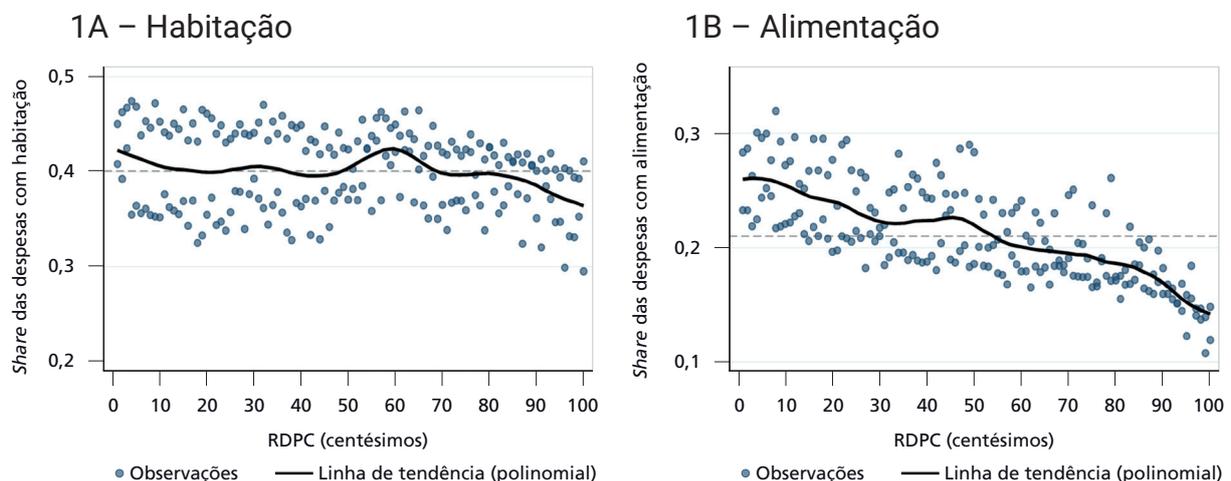
As informações relativas às famílias indicam que a presença de crianças é maior em unidades de consumo em que as pessoas de referência são da cor preta ou parda, independentemente do sexo. A presença de idosos é maior em unidades de consumo em que mulheres são as responsáveis, independentemente da cor/raça. Outro dado que merece destaque é a diferença de famílias com pessoa de referência sem cônjuge, especialmente para as famílias chefiadas por mulheres negras. Em mais de 90% destas famílias, as mulheres não têm cônjuge. O fator gênero sobrepõe-se à raça: famílias chefiadas por homens e com conjuge são aproximadamente o dobro daquelas com pessoa de referência mulher. As famílias em que os responsáveis são negros têm maior número de moradores e menor RDPC, além de maior participação no recebimento de programas de transferências de renda condicionadas, como o Programa Bolsa Família (PBF).

Com relação à distribuição geográfica das famílias que compõem a amostra, a tabela 1 revela que há predominância das famílias que vivem em áreas urbanas. Mais de 70% das famílias brasileiras residem nessas áreas. O Sudeste é a região com maior concentração de famílias em que as pessoas de referência são da cor branca (31,85% para homens e 30,35% para mulheres) e o Nordeste é a região com maior concentração de famílias em que as pessoas de referência são da cor preta/parda (44,61% para mulheres e 36,96% para homens).

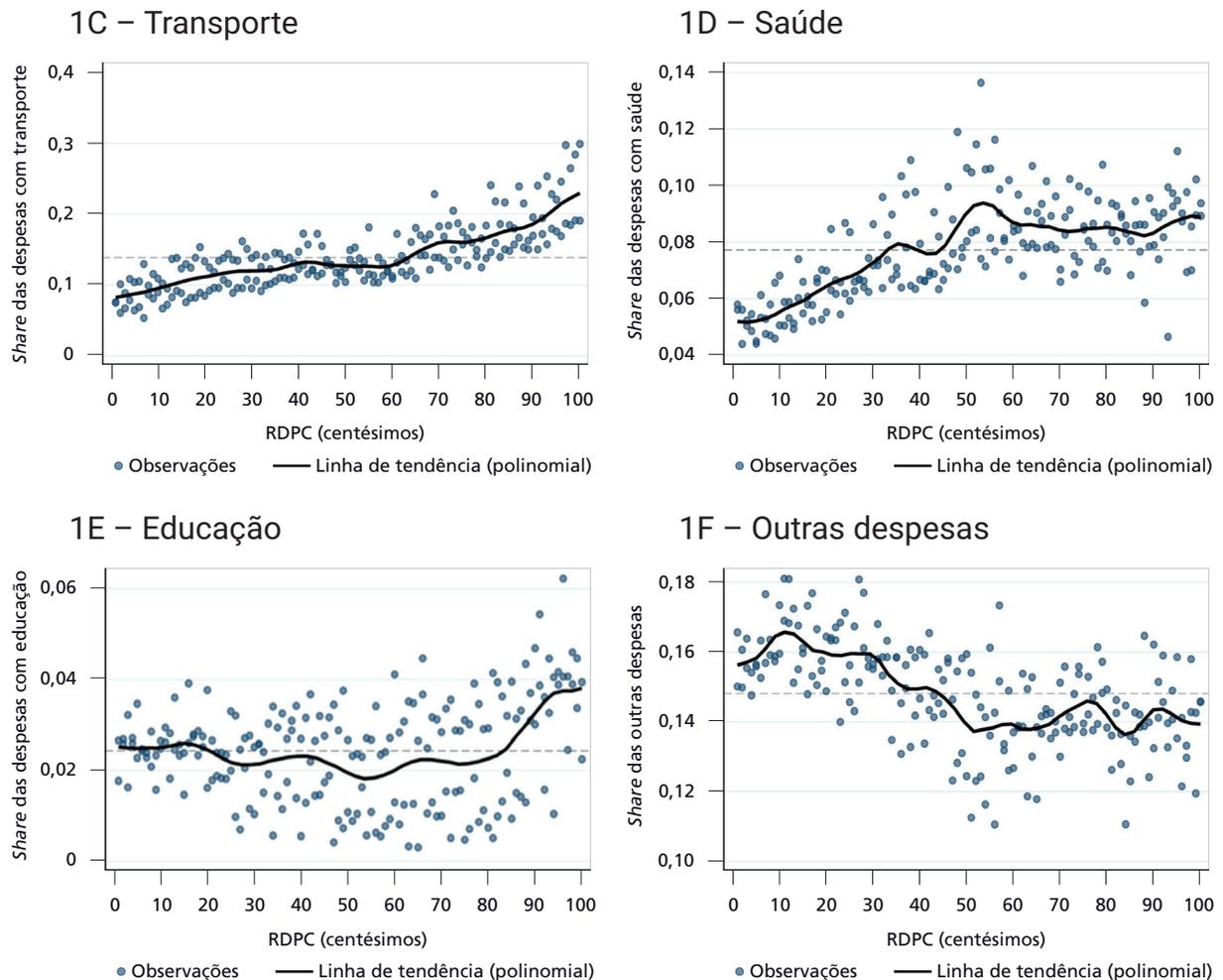
O gráfico 1 apresenta um retrato das despesas das famílias brasileiras com o consumo das seis principais categorias especificadas anteriormente e, portanto, mostra as relações entre a participação da despesa de cada categoria e os centésimos da RDPC.

### GRÁFICO 1

#### Brasil: participação das despesas em relação à despesa de consumo total por centésimo de RDPC (2017-2018)



## TEXTO para DISCUSSÃO



Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Os gráficos de dispersão mostram as médias das observações dos percentis de RDPC entre as áreas urbanas e rurais do Brasil.

A habitação é a principal categoria de despesa de consumo das famílias brasileiras. A amostra analisada indica que a despesa com habitação no Brasil representa, em média, 41,1% da despesa com consumo total com bens e serviços. Há pouca variação das despesas com habitação ao longo dos centésimos da RDPC, sendo que nos primeiros décimos o gasto é um pouco mais alto (em torno de 42,5%) do que nos níveis mais altos de RDPC (em torno de 39%).

As despesas com alimentação representam, em média, 20,5% do consumo total das famílias. No entanto, nota-se que essa participação varia substancialmente com o nível de renda. O painel alimentação no gráfico 1B revela que a lei de Engel original se verifica para o Brasil. Ou seja, a participação das despesas com alimentação no

orçamento das famílias se reduz com a elevação da renda. Para os primeiros décimos de RDPC, a participação dessas despesas, em média, chega a atingir 24% das despesas de consumo total das famílias, enquanto no décimo mais alto de renda o percentual de gasto com alimentação atinge o patamar máximo de 17%.

A participação das despesas com transporte nas despesas totais de consumo fica em torno de 12,9%, em média. O painel relativo à despesa com transporte no gráfico 1C mostra que a sua participação aumenta conforme a renda. Tal tendência pode ser explicada na medida em que os itens de maior peso inseridos no grupo de despesa com transporte são associados a aquisição de automóveis, viagens esporádicas, combustível, gasolina, etanol, entre outros (IBGE, 2020). O décimo de renda mais alto das famílias chega a gastar mais de 20% da despesa com consumo de bens e serviços. No entanto, observa-se uma grande concentração de despesas com transporte nos percentis inferiores da renda. A concentração nestes percentis, provavelmente, se deve às despesas com transporte público (ônibus urbano e trem, por exemplo).

As participações de saúde e de educação em relação ao consumo total são, em média, de 7,5% e 2,8%, respectivamente. As despesas com saúde mostram uma tendência crescente ao longo dos percentis de renda *per capita*. No primeiro e último décimo de renda, tais despesas representam mais de 5,0% e 8,0% do consumo total das famílias, respectivamente. Com relação às despesas com educação, as famílias brasileiras apresentam também uma tendência crescente, mas principalmente a partir da mediana da distribuição de RDPC. No décimo mais alto de renda, as despesas com educação das famílias chegam ao patamar de 3,8% do consumo total. Por fim, o item outras despesas representa um gasto médio de 15,3% no consumo das famílias brasileiras e o gráfico 1F mostra uma tendência decrescente ao longo da renda (em torno de 16% no primeiro décimo e 14% no último décimo de RDPC).

A tabela 2 mostra de forma mais detalhada as médias das despesas para as seis categorias agregadas de consumo segundo sexo e cor/raça do responsável das famílias brasileiras. Nas despesas, com relação à habitação e ao transporte, nota-se claramente que há uma distinção de gênero no padrão de consumo da unidade familiar, independentemente da cor/raça da pessoa de referência. Com relação à habitação, famílias chefiadas por mulheres gastam mais do que as chefiadas por homens. Mulheres brancas, por exemplo, despendem, em média, 44% da despesa total de consumo com habitação, enquanto os homens brancos, em média, gastam 40%. Com relação ao transporte, homens gastam mais do que mulheres. Homens brancos gastam aproximadamente 16% com esta categoria e mulheres negras não gastam mais do que 9% da despesa total.

## TEXTO para DISCUSSÃO

A tabela 2 revela ainda que as diferenças entre as despesas com alimentação são ditadas principalmente pela cor/raça do responsável da família, independentemente do sexo da pessoa de referência. As despesas com alimentação em domicílios chefiados por responsáveis da cor preta ou parda representam, em média, 22% das despesas com consumo total. Com relação à saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, independentemente do sexo da pessoa de referência, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas (8,76%) tendem a gastar mais do que homens brancos (8,05%).

### TABELA 2

**Brasil: participação das despesas em relação ao consumo total (shares)  
(2017-2018)**  
(Em %)

Categoria de despesa	Brasil	Cor/raça branca	Cor/raça negra	Homens	Mulheres	Homens brancos	Homens negros	Mulheres brancas	Mulheres negras
Habitação	<b>41,08</b>	41,49	40,80	39,42	43,43	39,65	39,25	44,27	42,88
Alimentação	<b>20,54</b>	18,40	21,90	20,70	20,31	18,47	22,18	18,30	21,51
Transporte	<b>12,87</b>	14,43	11,91	14,86	10,08	16,43	13,83	11,40	9,31
Saúde	<b>7,47</b>	8,33	6,94	7,15	7,93	8,05	6,55	8,76	7,47
Educação	<b>2,76</b>	2,92	2,65	2,71	2,82	2,96	2,54	2,86	2,80
Outras	<b>15,28</b>	14,32	15,82	15,16	15,44	14,44	15,65	14,42	16,04

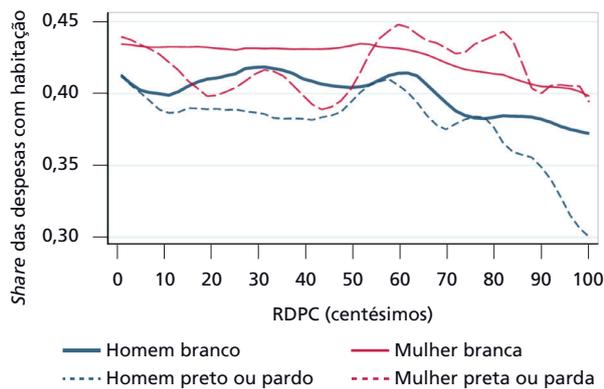
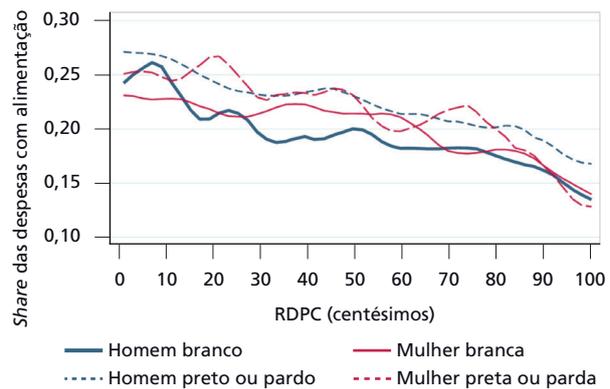
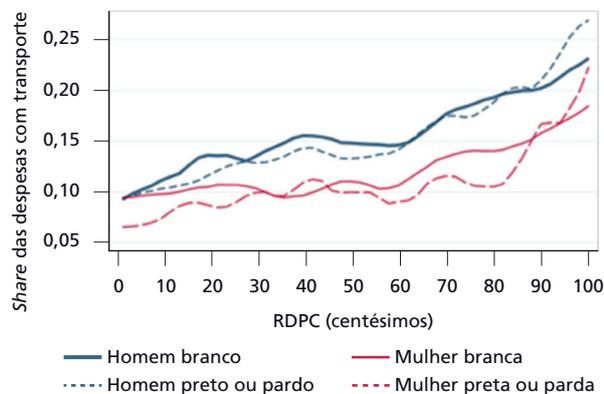
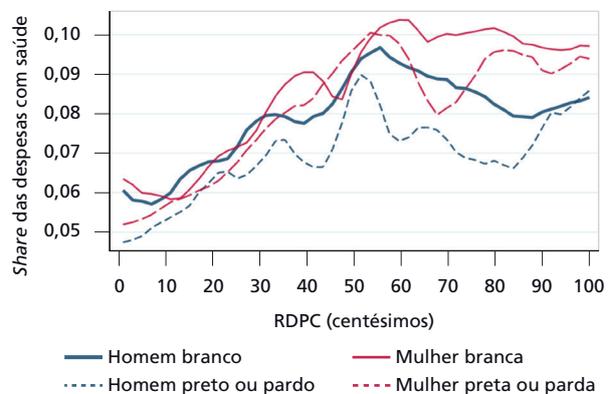
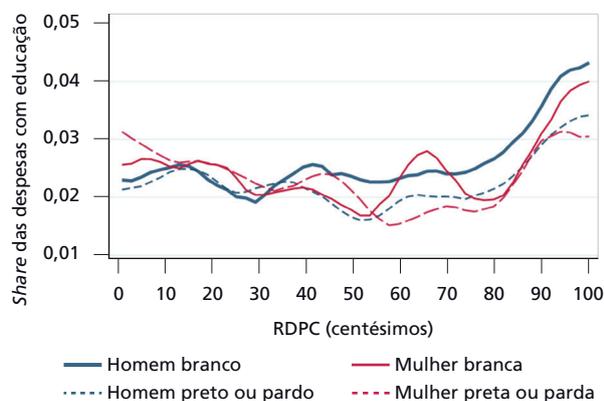
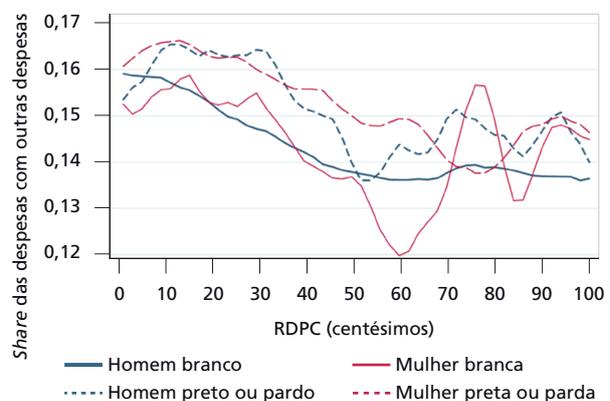
Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

O gráfico 2 mostra como as despesas com o consumo das seis principais categorias de despesa variam de acordo com a renda segundo as características de sexo e cor/raça da pessoa de referência da família. Com relação ao item habitação, mulheres gastam mais do que homens em boa parte da distribuição da renda *per capita*, independentemente da cor/raça do chefe do domicílio. A exceção se encontra no segundo quarto dessa distribuição, em que as despesas com habitação das mulheres pretas ou pardas são menores do que os gastos com habitação dos homens brancos. Por sua vez, o painel transporte no gráfico 2C revela que, em média, homens gastam mais do que mulheres, ao longo da distribuição de renda, independentemente da sua cor/raça. Com alimentação, há uma tendência de redução ao longo da distribuição da renda *per capita* para os quatro grupos analisados, sendo que os grupos em que a pessoa de referência é preta ou parda tendem a apresentar uma despesa maior do que os outros grupos. Por fim, com saúde e educação, nota-se uma tendência de ascensão ao longo dos centésimos de renda *per capita*, com variações entre os grupos nas despesas com cada item.

**GRÁFICO 2**

**Brasil: participação das despesas em relação à despesa de consumo total por centésimo de RDPC e por sexo e cor/raça da pessoa de referência da família (2017-2018)**

**2A – Habitação****2B – Alimentação****2C – Transporte****2D – Saúde****2E – Educação****2F – Outras despesas**

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

## 5.2 Sistema de equações de demanda

O sistema de equações de demanda para as seis categorias de despesas é estimado separadamente para cada um dos quatro grupos considerando a interseccionalidade da pessoa de referência (homens e mulheres, brancos ou negros). É importante lembrar que a variável de interesse é a demanda da unidade de consumo e foram utilizados os controles no nível das famílias e com base nas características das pessoas de referência. Neste sentido, toda a análise realizada dos resultados sempre se refere aos efeitos sobre a demanda total da unidade de consumo e não da pessoa de referência específica. Aqui, o que se está observando basicamente é se o tipo da pessoa de referência (gênero ou raça) pode interferir de forma diferenciada nos padrões de consumo das famílias.

Os resultados das estimações de cinco das principais categorias de despesas para os quatro grupos são apresentados nas tabelas dispostas ao final desta subseção e são discutidos a seguir.<sup>6</sup>

Com relação às características individuais da pessoa de referência, o padrão de consumo muda com a idade, mas de forma significativa apenas para as despesas com educação, transporte e habitação. Os efeitos são positivos e atingem um pico para depois decrescer nessas três categorias. No caso de transporte, este efeito é mais forte em magnitude para as famílias cujos chefes são homens brancos e homens negros e não há significância para as mulheres. Homens mais velhos gastam mais com transporte que os mais novos, mas o mesmo não acontece para as mulheres. No caso das despesas com habitação, o efeito segue essa direção de forma significativa apenas para homens pretos/pardos e é invertido para mulheres brancas. Mulheres brancas, à medida que envelhecem, gastam menos em termos *per capita* em habitação até um determinado patamar mínimo.

Quanto ao total de anos de estudos da pessoa de referência, nota-se que para todos os gastos o efeito é positivo. Quanto maior a escolaridade da pessoa de referência, maiores são os gastos em consumo, contudo de forma mais intensa na categoria de despesas em habitação. Em sequência, tem-se um maior aumento nas despesas de transporte, alimentação, saúde e educação. Todos os coeficientes são significativos e positivos para todos os grupos, porém maiores em magnitude primeiro para homens brancos e depois para mulheres brancas, homens negros e mulheres negras.

6. Optou-se por não analisar a categoria de outras despesas agregadas, que engloba um grupo muito heterogêneo de itens de consumo. Faz-se necessário também ressaltar que foi priorizada a análise dos coeficientes significativos a pelo menos a 10% e que se diferenciam entre os grupos.

Este resultado sugere que os grupos usualmente com melhores condições sociais, homens brancos e depois mulheres brancas, e com mais escolaridade gastam mais, possivelmente por terem mais chances de se inserir no mercado de trabalho, e, conseqüentemente, terem maiores despesas com habitação, transporte (deslocamentos casa-trabalho), alimentação fora de casa etc. Já os grupos mais vulneráveis, como homens negros e mulheres negras, mesmo os mais escolarizados, apesar de gastarem, o padrão de despesas é inferior ao de homens e mulheres brancas. Esses achados corroboram o que aponta o debate teórico sobre experiências distintas devido ao imbricamento de vulnerabilidade conforme fatores identitários interseccionados, neste caso gênero e raça.

No tocante às características geográficas, morar em área rural reduz o padrão de gastos, sobretudo em habitação, alimentação (redução significativa somente para homens brancos) e educação. O resultado é coerente tendo em vista que os gastos nesses quesitos nas áreas urbanas são maiores independentemente do grupo. Já para a categoria de despesas com transporte, o efeito é positivo, possivelmente devido às maiores distâncias na área rural. Para aqueles que precisam se deslocar, as despesas com transporte são maiores que na área urbana, onde há opções de transporte público e distâncias menores.

Com relação às regiões, observa-se que o padrão de consumo é mais alto nas regiões mais desenvolvidas – Sul, Sudeste e Centro-Oeste. A região Norte é a que tem o padrão de consumo mais baixo. Sobressaem-se as despesas em habitação na região Sudeste e transporte no Centro-Oeste.

Para as características familiares, a comparação é feita para uma família sem idoso e sem criança (arranjo familiar de referência). Nota-se que para os arranjos familiares com idosos os gastos com saúde são mais altos em relação ao arranjo familiar de referência, e as diferenças em magnitude são grandes entre arranjos chefiados por homens e mulheres brancos e homens e mulheres pretos/pardos. Já com relação aos gastos com educação, os arranjos familiares com crianças e sem idosos são os que apresentam maiores despesas comparativamente ao arranjo de referência. Estas são maiores em magnitude para mulheres brancas, seguidas das mulheres pretas/pardas e depois de homens negros. Ou seja, dois resultados importantes, as famílias com crianças têm maiores gastos com educação, mas sobretudo aquelas que têm como pessoa de referência mulheres. As mulheres brancas gastam mais em educação que as mulheres pretas/pardas, que gastam mais que os homens pretos/pardos, resultados que sinalizam um padrão de consumo que condiz com o estereótipo de gênero de mulher

**TEXTO** para **DISCUSSÃO**

cuidadora. As famílias com idosos com ou sem crianças, por sua vez, gastam menos em educação comparativamente ao arranjo de referência. Mesmo havendo crianças nestes arranjos familiares, a alocação de gastos por outras categorias de despesas faz com que a parcela em educação seja menor em comparação com um outro arranjo familiar que só tenha crianças.

No que tange ao efeito da renda sobre as despesas de consumo, todos os coeficientes estimados foram significativos e positivos para todas as categorias de despesa e grupos. Também se verifica que o efeito da renda sobre as despesas com alimentação é maior em magnitude para os grupos mais vulneráveis, ou seja, os domicílios chefiados por homens e mulheres pretos/pardos, devido ao racismo estrutural. Em relação aos gastos com alimentação, o efeito da renda segue a literatura, para a qual o efeito de um aumento da renda sobre as despesas com alimentação é mais sensível para as famílias usualmente mais pobres. No caso deste estudo, as famílias chefiadas por homens e/ou mulheres pretos/pardos.

Para as demais categorias de despesas, sempre a renda tem um efeito positivo, mas o único resultado que se destaca é com relação aos gastos em saúde. Para as chefes mulheres, independentemente da cor, o efeito renda sobre os gastos em saúde é maior do que o efeito para os homens. Isto pode indicar uma maior preocupação das mulheres com a saúde comparativamente aos homens, seguindo o comportamento socialmente esperado de mulher ser mais atenta aos cuidados.

Em resumo, os resultados apresentados confirmam que o padrão de consumo das famílias difere não somente no que tange às características familiares e geográficas, mas sobretudo considerando a interseccionalidade em termos de sexo e cor/raça dos chefes. Dependendo da categoria de consumo, os efeitos são mais fortes e mais significativos. Este resultado mostra que a vulnerabilidade fruto da interseccionalidade de fatores identitários pode estar influenciando o bem-estar em termos de consumo das famílias.

As evidências sugerem que os negros, em especial as mulheres negras, têm um nível de consumo mais baixo que os brancos e que algumas despesas têm um peso maior no orçamento desse grupo, devendo os formuladores de políticas públicas ter atenção a esse fato. Pode-se, por exemplo, nas propostas de reforma tributária, pensar em alívio de carga tributária para esses grupos de despesa que vêm onerando o socialmente mais vulneráveis. As pistas estão dadas de que padrão de consumo não é neutro do ponto de vista de gênero e raça e de sua interseccionalidade.

**TABELA 3**

**Estimação das categorias de despesas segundo os grupos de sexo e cor/raça da pessoa de referência: despesas com alimentação**

Despesas com alimentação	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
<b>Características do chefe</b>				
Idade	1,243	-0,018	-0,650	0,111
Idade ao quadrado	-0,004	0,001	0,008	0,003
Anos de estudos completos	<b>12,039</b>	<b>5,251</b>	<b>7,906</b>	<b>4,349</b>
<b>Características geográficas</b>				
Domicílio na área rural	<b>-12,616</b>	2,624	14,088	1,959
<b>Grandes Regiões (referência: Norte)</b>				
Domicílio no Nordeste	<b>58,553</b>	<b>25,224</b>	<b>49,402</b>	<b>28,512</b>
Domicílio no Sudeste	<b>35,402</b>	<b>-17,587</b>	<b>49,732</b>	-6,538
Domicílio no Sul	<b>45,831</b>	7,580	<b>67,597</b>	10,294
Domicílio no Centro-Oeste	<b>59,941</b>	<b>27,496</b>	<b>59,013</b>	<b>28,583</b>
<b>Características familiares (referência: família sem crianças)</b>				
Família com crianças (sem idoso)	<b>-30,155</b>	<b>-43,389</b>	<b>-34,988</b>	<b>-23,622</b>
Família com idosos (com ou sem crianças)	<b>-20,674</b>	<b>-23,638</b>	<b>-18,440</b>	<b>-19,998</b>
<b>Cônjuge (referência: homem)</b>				
Cônjuge mulher	95,814	-45,313	-22,591	20,131
Sem cônjuge	115,886	-13,079	15,626	<b>16,639</b>
Domicílio recebe transferências sociais	-1,361	1,581	-5,504	-5,881
Total de moradores no domicílio	<b>-40,904</b>	<b>-25,570</b>	<b>-32,282</b>	<b>-18,894</b>
Renda total domiciliar <i>per capita</i>	<b>0,026</b>	<b>0,039</b>	<b>0,034</b>	<b>0,038</b>
Constante	41,657	<b>231,920</b>	<b>170,193</b>	<b>141,803</b>

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Coeficientes significativos a nível de significância de pelo menos 10% estão em negrito. É importante também ressaltar que foi priorizada a análise dos coeficientes significativos a pelo menos a 10% e que se diferenciam entre os grupos.

## TEXTO para DISCUSSÃO

### TABELA 4

**Estimação das categorias de despesas segundo os grupos de sexo e cor/raça da pessoa de referência: despesas com habitação**

Despesas com habitação	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Características do chefe				
Idade	-0,211	<b>5,292</b>	<b>-5,754</b>	-0,002
Idade ao quadrado	<b>0,070</b>	<b>-0,025</b>	<b>0,124</b>	<b>0,038</b>
Anos de estudos completos	<b>36,719</b>	<b>13,898</b>	<b>27,230</b>	<b>11,800</b>
Características geográficas				
Domicílio na área rural	<b>-68,963</b>	<b>-58,918</b>	<b>-99,893</b>	<b>-72,553</b>
Grandes Regiões (referência: Norte)				
Domicílio no Nordeste	<b>-41,517</b>	<b>-39,589</b>	<b>-88,578</b>	<b>-42,306</b>
Domicílio no Sudeste	<b>89,927</b>	<b>36,362</b>	<b>84,905</b>	<b>58,446</b>
Domicílio no Sul	7,861	<b>34,912</b>	22,455	<b>37,686</b>
Domicílio no Centro-Oeste	<b>59,787</b>	<b>47,756</b>	-16,775	<b>51,912</b>
Características familiares (referência: família sem crianças)				
Família com crianças (sem idoso)	-15,899	<b>-41,146</b>	0,109	<b>-23,107</b>
Família com idosos (com ou sem crianças)	-2,060	-4,816	<b>6,136</b>	<b>-25,433</b>
Cônjuge (referência: homem)				
Cônjuge mulher	<b>-251,466</b>	<b>-241,085</b>	118,231	-44,699
Sem cônjuge	-217,781	<b>-218,681</b>	119,073	<b>69,828</b>
Domicílio recebe transferências sociais	10,607	<b>-17,439</b>	22,752	-6,617
Total de moradores no domicílio	<b>-92,827</b>	<b>-48,011</b>	<b>-111,463</b>	<b>-55,193</b>
Renda total domiciliar <i>per capita</i>	<b>0,084</b>	<b>0,079</b>	<b>0,136</b>	<b>0,121</b>
Constante	<b>359,474</b>	<b>360,121</b>	<b>226,944</b>	<b>161,405</b>

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Coeficientes significativos a nível de significância de pelo menos 10% estão em negrito.

### TABELA 5

**Estimação das categorias de despesas segundo os grupos de sexo e cor/raça da pessoa de referência: despesas com transporte**

Despesas com transporte	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Características do chefe				
Idade	<b>11,273</b>	<b>3,831</b>	0,116	1,619
Idade ao quadrado	<b>-0,113</b>	<b>-0,044</b>	-0,020	<b>-0,023</b>
Anos de estudos completos	<b>20,776</b>	<b>9,240</b>	<b>12,213</b>	<b>5,150</b>

(Continua)

(Continuação)

Despesas com transporte	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
<b>Características geográficas</b>				
Domicílio na área rural	<b>34,216</b>	<b>35,617</b>	<b>57,579</b>	<b>17,640</b>
<b>Grandes Regiões (referência: Norte)</b>				
Domicílio no Nordeste	<b>53,202</b>	<b>16,632</b>	19,335	3,007
Domicílio no Sudeste	<b>56,339</b>	<b>20,683</b>	17,142	1,647
Domicílio no Sul	<b>79,537</b>	<b>45,233</b>	33,171	15,187
Domicílio no Centro-Oeste	<b>146,371</b>	<b>100,999</b>	83,213	<b>24,976</b>
<b>Características familiares (referência: família sem crianças)</b>				
Família com crianças (sem idoso)	<b>-54,664</b>	-37,036	<b>-84,599</b>	<b>-14,911</b>
Família com idosos (com ou sem crianças)	-27,452	-31,919	<b>-43,145</b>	<b>-19,486</b>
<b>Cônjuge (referência: homem)</b>				
Cônjuge mulher	<b>346,808</b>	-35,856	163,148	-62,953
Sem cônjuge	<b>351,679</b>	-48,670	<b>-36,210</b>	<b>-43,680</b>
Domicílio recebe transferências sociais	<b>-49,816</b>	<b>-26,215</b>	-53,868	<b>-28,489</b>
Total de moradores no domicílio	<b>-29,976</b>	-2,216	<b>13,582</b>	<b>10,138</b>
Renda total domiciliar <i>per capita</i>	<b>0,069</b>	<b>0,083</b>	<b>0,067</b>	<b>0,072</b>
Constante	<b>-559,761</b>	-27,147	37,932	-17,714

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Coeficientes significativos a nível de significância de pelo menos 10% estão em negrito.

**TABELA 6****Estimação das categorias de despesas segundo os grupos de sexo e cor/raça da pessoa de referência: despesas com saúde**

Despesas com saúde	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
<b>Características do chefe</b>				
Idade	-1,181	0,285	0,348	0,650
Idade ao quadrado	<b>0,049</b>	<b>0,017</b>	<b>0,032</b>	<b>0,011</b>
Anos de estudos completos	<b>10,305</b>	<b>4,862</b>	<b>8,112</b>	<b>3,956</b>
<b>Características geográficas</b>				
Domicílio na área rural	-2,682	-0,135	7,013	-2,054
<b>Grandes Regiões (referência: Norte)</b>				
Domicílio no Nordeste	<b>41,633</b>	<b>22,027</b>	<b>26,275</b>	<b>19,668</b>
Domicílio no Sudeste	<b>62,335</b>	<b>27,587</b>	<b>64,199</b>	<b>33,495</b>
Domicílio no Sul	<b>33,554</b>	<b>26,001</b>	<b>28,092</b>	<b>21,277</b>
Domicílio no Centro-Oeste	<b>64,859</b>	<b>37,070</b>	<b>52,057</b>	<b>33,531</b>

(Continua)

## TEXTO para DISCUSSÃO

(Continuação)

Despesas com saúde	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Características familiares (referência: família sem crianças)				
Família com crianças (sem idoso)	<b>14,060</b>	-1,144	12,850	5,791
Família com idosos (com ou sem crianças)	<b>42,282</b>	<b>14,939</b>	<b>41,162</b>	<b>28,647</b>
Cônjuge (referência: homem)				
Cônjuge mulher	<b>-138,946</b>	-2,966	25,612	-33,657
Sem cônjuge	<b>-164,037</b>	-23,195	5,377	3,219
Domicílio recebe transferências sociais	5,547	1,091	15,770	4,783
Total de moradores no domicílio	<b>-10,054</b>	<b>-1,235</b>	<b>-19,850</b>	<b>-7,752</b>
Renda total domiciliar <i>per capita</i>	<b>0,021</b>	<b>0,021</b>	<b>0,034</b>	<b>0,034</b>
Constante	42,509	<b>-53,832</b>	<b>-120,381</b>	<b>-66,211</b>

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Coeficientes significativos a nível de significância de pelo menos 10% estão em negrito.

### TABELA 7

#### Estimação das categorias de despesas segundo os grupos de sexo e cor/raça da pessoa de referência: despesas com educação

Despesas com educação	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Características do chefe				
Idade	0,111	<b>0,984</b>	0,805	0,618
Idade ao quadrado	0,002	<b>-0,008</b>	-0,011	-0,006
Anos de estudos completos	<b>4,349</b>	<b>3,265</b>	<b>4,578</b>	<b>2,801</b>
Características geográficas				
Domicílio na área rural	1,959	<b>-9,522</b>	<b>-14,307</b>	<b>-9,298</b>
Grandes Regiões (referência: Norte)				
Domicílio no Nordeste	<b>28,512</b>	<b>16,005</b>	<b>23,827</b>	<b>15,177</b>
Domicílio no Sudeste	-6,538	4,748	<b>26,803</b>	<b>8,496</b>
Domicílio no Sul	10,294	-0,094	<b>16,780</b>	7,135
Domicílio no Centro-Oeste	<b>28,583</b>	<b>11,493</b>	<b>33,310</b>	<b>16,095</b>
Características familiares (referência: família sem crianças)				
Família com crianças (sem idoso)	<b>-23,622</b>	<b>6,060</b>	<b>16,553</b>	<b>9,384</b>
Família com idosos (com ou sem crianças)	<b>-19,998</b>	<b>-7,152</b>	-8,909	-4,541
Cônjuge (referência: homem)				
Cônjuge mulher	20,131	-29,785	-9,290	-11,509
Sem cônjuge	<b>16,639</b>	-21,823	<b>19,841</b>	<b>8,325</b>

(Continua)

(Continuação)

Despesas com educação	Homem branco	Homem negro	Mulher branca	Mulher negra
Domicílio recebe transferências sociais	-5,881	<b>-9,855</b>	<b>-18,673</b>	<b>-10,799</b>
Total de moradores no domicílio	<b>-18,894</b>	<b>5,360</b>	<b>7,434</b>	<b>3,668</b>
Renda total domiciliar <i>per capita</i>	<b>0,038</b>	<b>0,015</b>	<b>0,013</b>	<b>0,014</b>
Constante	<b>141,803</b>	-40,597	<b>-86,860</b>	<b>-52,709</b>

Fonte: POF 2017-2018/IBGE.

Elaboração das autoras.

Obs.: Coeficientes significativos a nível de significância de pelo menos 10% estão em negrito..

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A literatura tem se debruçado em compreender o padrão de consumo das famílias brasileiras e as mudanças em curso no bojo das novas tendências demográficas e sociais. Este trabalho, a fim de possibilitar o avanço da literatura e de proposições de políticas públicas mais aderentes às necessidades da população, focou a análise interseccional – cruzamento de gênero e raça.

Os achados apontam um padrão diferenciado de consumo conforme sexo e cor/raça. De forma geral, os resultados mostram diferenças de gênero no padrão de consumo das famílias com relação às despesas com habitação e transporte, independentemente da cor ou raça da pessoa de referência. No que diz respeito à habitação, mulheres gastam mais do que homens. Com relação ao transporte, homens gastam mais do que mulheres. Quanto aos padrões de consumo por raça, os resultados sugerem que, nas despesas com alimentação, negros gastam mais do que brancos, independentemente do sexo da pessoa de referência. Nas despesas com saúde e educação, brancos gastam mais do que negros, sendo que, com relação à saúde, mulheres brancas tendem a gastar mais do que homens.

Alguns resultados da estimação econométrica mostram de forma mais detalhada os fatores que explicam tais distinções. Destaca-se que, para os gastos em saúde, o envelhecimento parece atingir de forma diferente o grupo de homens e mulheres brancos e o de homens e mulheres negros, sendo que para os brancos o envelhecimento parece vir acompanhado de maiores despesas com saúde. Outro dado relevante diz respeito à importância do nível de escolaridade para maiores gastos em diferentes categorias de despesas. Para transporte, saúde, alimentação e educação, um chefe de família mais escolarizado induz maiores gastos nestes quesitos. Contudo, a interseccionalidade mostra que o efeito é diferenciado segundo a cor/raça e o sexo do chefe de família.

Os efeitos são sempre maiores para o grupo de homens e mulheres brancos comparativamente aos outros dois grupos. Em termos geográficos, identifica-se que morar em área rural parece ser menos custoso sobretudo para os chefes de família que são homens negros ou mulheres negras.

Com relação aos gastos com educação, os arranjos familiares com crianças e sem idosos têm as maiores despesas comparativamente aos arranjos sem idosos e crianças. Estes gastos são maiores em magnitude para famílias chefiadas por mulheres brancas, seguidas das chefiadas por homens brancos e depois por mulheres negras. Ou seja, as famílias com crianças têm, como esperado, maiores gastos com educação, mas sobretudo aquelas que são chefiadas por mulheres.

Em relação à questão de gênero, aventa-se que o padrão diferenciado de consumo está associado às normas sociais que atribuem a mulheres e homens papéis sociais peculiares, com as primeiras tendo suas funções vinculadas às responsabilidades domésticas e de cuidados e os segundos, à vida pública e provisão material. No que tange à questão racial, o padrão de consumo diferenciado guarda relação com a maior vulnerabilidade econômica e social que os negros experimentam em uma sociedade racista como a brasileira. Ao se cruzarem sexo e cor/raça, percebe-se que a sobreposição de vulnerabilidades por fatores identitários dá o tom de um padrão de consumo diferenciado.

Os resultados encontrados nesta pesquisa são um importante passo para a compreensão das diferenças entre hábitos de consumo alimentar no Brasil, e mostram-se um instrumento poderoso no auxílio da formulação e aperfeiçoamento de avaliação de políticas públicas direcionadas aos subsídios e à tributação sobre o consumo dos alimentos e aos efeitos de programas de transferência de renda às famílias de baixa renda. Após o advento da maior crise sanitária do último século, compreender o padrão de consumo das famílias brasileiras pode ser um subsídio na proposição de políticas públicas mais eficazes na promoção de uma sociedade mais justa e com maior igualdade de gênero e raça.

## REFERÊNCIAS

BIROLI, F. **Gênero e desigualdades**: limites da democracia no Brasil. São Paulo: Boitempo, 2018.

BLASIO, B.; MENIN, J. **From cradle to can**: the cost of being a female consumer – a study of gender pricing in New York City. New York: NYC Consumer Affairs, 2015.

CARNEIRO, S. Sobrevivente, testemunha, porta-voz. **Revista Cult**, n. 223, p. 13-20, maio 2017.

CARVALHO, A. A.; ALVES, J. E. D. Padrões de consumo dos arranjos familiares e das pessoas que moram sozinhas no Brasil e em Minas Gerais: uma análise de gênero e renda. In: SEMINÁRIO SOBRE ECONOMIA MINEIRA, 14., 2010, Diamantina, Minas Gerais. **Anais...** [s.l.]: Cedeplar/UFMG, 2010.

\_\_\_\_\_. Explorando o consumo das famílias brasileiras e sua interface com o ciclo de vida e gênero. **Oikos**, v. 23, p. 6-29, 2012.

CARVALHO, S. S. de *et al.* **O consumo das famílias no Brasil entre 2000 e 2013**: uma análise estrutural a partir de dados do Sistema de Contas Nacionais e da pesquisa de orçamentos familiares. Rio de Janeiro: Ipea, 2016. (Texto de Discussão, n. 2209).

CHAI, A.; MONETA, A. Retrospectives: Engel curves. **Journal of Economic Perspectives**, v. 24, n. 1, p. 225-240, 2010.

CHARRON-CHÉNIER, R.; FINK, J. J.; KEISTER, L. Race and consumption: black and white disparities in household spending. **Sociol Race Ethn**, Thousand Oaks, v. 3, n. 1, p. 50-67, 2017.

COLLINS, P. H. Se perdeu na tradução? Feminismo negro, interseccionalidade e política emancipatória. **Parágrafo**, v. 5, n. 1, jan./jun. 2017.

CRENSHAW, K. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, n. 171, 2002.

DELPHY, C. Patriarcado (teorias do). In: HIRATA, H. *et al.* (Org.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009. p. 67-75.

DUESTERHAUS, M. *et al.* The cost of doing femininity: gendered disparities in pricing of personal care products and services. **Gender Issues**, v. 28, n. 4, p. 175-191, 2011.

ENGEL, E. Die Produktions- und Consumtionsverhältnisse des Königreichs Sachsen. **Zeitschrift des Statistischen Büreaus des Königlich Sächsischen Ministeriums des Innern**, v. 8/9, p. 1-54, 1857.

\_\_\_\_\_. Die Lebenskosten belgischer Arbeiterfamilien früher und jetzt. **Bulletin de Institut International de Statistique**, v. 9, p. 1-124, 1895.

FERNANDEZ, B. P. M.; SILVA, L. P. Pink tax: por que as mulheres pagam mais do que os homens pelos mesmos serviços? Um estudo exploratório nas cinco maiores regiões metropolitanas do Brasil. In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 28., 2023, Maceió, Alagoas. **Atas...** Maceió: Ufal, 2023.

FIGUEIREDO, A. Dialogando com os estudos de gênero e raça no Brasil. *In*: PINHO, O.; SANSONE, L. (Org.). **Raça**: novas perspectivas antropológicas. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 237-257.

GALVÃO, M. C.; ALMEIDA, A. N. O padrão de consumo e comportamento familiar por gênero no Brasil: uma análise usando a pesquisa de orçamentos familiares 2008/2009. **Planejamento e Políticas Públicas**, v. 50, p. 13-46, 2018.

GODIN, L.; LANGLOIS, J. Care, gender, and change in the study of sustainable consumption: a critical review of the literature. **Frontiers in Sustainability**, Nov. 2021.

GONZALEZ, L. **Mulheres negras**. Trabalho apresentado na 1985 and Beyond: A National Conference, Baltimore, 1984.

GUEDES, M. de C.; ARAÚJO, C. Desigualdades de gênero, família e trabalho: mudanças e permanências no cenário brasileiro. **Revista Gênero**, v. 12, p. 61-79, 2011.

HARVARD LAW REVIEW ASSOCIATION. Recent legislation. **Harvard Law Review**, v. 109, n. 7, p. 1839-1844, May 1996.

HIRATA, H.; KERGOAT, D. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, p. 595-609, 2007.

HOOKS, b. Intelectuais negras. **Revista Estudos Feministas**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, 1995.

HOUTHAKKER, H. S. Engel's law. *In*: EATWEL, J.; MILGATE, M.; NEWMAN, P. (Ed.). **The new palgrave**: a dictionary of economics. London: The Macmillan Press, 1987. v. 2. p. 143-144.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: primeiros resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2019. 64 p. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/24786-pesquisa-de-orcamentos-familiares-2.html?edicao=25578&t=publicacoes>. Acesso em: 15 out. 2020.

\_\_\_\_\_. **Pesquisa de Orçamentos Familiares 2017-2018**: perfil das despesas no Brasil – indicadores selecionados. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. 110 p. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=2101761>. Acesso em: 20 abr. 2021.

MANZANO-ANTÓN, R.; MARTINEZ-NAVARRO, G.; GAVILAN-BOUZAS, D. Gender identity, consumption and price discrimination. **Revista Latina de Comunicación Social**, n. 73, p. 385-400, 2018.

MELO, H. P.; THOMÉ, D. **Mulheres e poder**: histórias, ideias e indicadores. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2018.

MELO, N. C. V. *et al.* Consumo de bens e serviços por idosos nos arranjos domiciliares unipessoal e residindo com o cônjuge. **SER Social**, v. 20, p. 112-130, 2018.

NG, S.; BHARTI, M.; FAUST, N. The impact of gender and culture in consumer behavior. *In*: CHEUNG, F. M.; HALPERN, D. F. **The Cambridge handbook of the international psychology of women**. [s.l.]: Cambridge University Press, 2020. Cap. 2, p. 244-257.

PASSOS, L. **Normas de gênero**: constrangimentos e limitações na atuação econômica feminina. 2018. 131 f. Tese (Doutorado em economia) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

PINHEIRO, L. S.; FONTOURA, N. Perfil das despesas e dos rendimentos das famílias brasileiras sob a perspectiva de gênero. *In*: SERVO, L. *et al.* (Org.). **Gasto e consumo das famílias brasileiras contemporâneas**. Brasília: Ipea, 2007. v. 2. p. 1-40.

QUEIROZ, P. W. V.; COELHO, A. B. Alimentação fora de casa: uma investigação sobre os determinantes da decisão de consumo dos domicílios. **Análise Econômica**, v. 35, p. 67-104, 2017.

RIBEIRO, D. **Quem tem medo do feminismo negro?** São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

RIOS, F.; SOTERO, E. Apresentação: gênero em perspectiva interseccional. **Plural**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 1-10, 2019.

ROMERO, K.; KERSTENETZKY, C. L. Entre o altruísmo e o familismo: a agenda parlamentar feminina e as políticas família-trabalho (Brasil 2003-2013). **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n. 18, p. 119-146, 2015.

SCHLINDWEIN, M. M.; KASSOUF, A. L. Influência do custo de oportunidade do tempo da mulher sobre o padrão de consumo alimentar no Brasil. **Pesquisa e Planejamento Econômico**, Rio de Janeiro, v. 37, p. 489-520, 2007.

SETTE, A. B. P.; COELHO, A. B. Padrão de consumo de arranjos domiciliares brasileiros em 2008/2009. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 37, p. 1-36, 2020.

TELLES, M. F. **A tributação desigual entre gêneros e as consequências do "pink tax"**. 2021. Monografia (Graduação) – Centro de Ciências Jurídicas e Econômicas, Faculdade Nacional de Direito, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2021.

UMEHARA, N. A. **Pink tax**: a precificação segmentada por gênero e o consumo. 2020. Monografia (Graduação) – Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, Universidade Federal de São Paulo, Osasco, 2020.

WORLD ECONOMIC FORUM. **Global gender gap report 2022**: insight report. Geneva: World Economic Forum, July 2022.

YE, L.; BOSE, M., PELTON, L. E. How gender identity affects consumer behavior: overview and future research: an abstract. *In*: ROSSI, P.; KREY, N. (Ed.). **Finding new ways to engage and satisfy global customers**. Cham: Springer, 2019. (Developments in Marketing Science: Proceedings of the Academy of Marketing Science).

ZAW, K. *et al.* **Women, race and wealth**. [s.l.]: Samuel DuBois Cook Center on Social Equity and Insight Center for Community Economic Development, Jan. 2017. (Research Brief Series, v. 1).

**EDITORIAL**

**Coordenação**

Aeromilson Trajano de Mesquita

**Assistentes da Coordenação**

Rafael Augusto Ferreira Cardoso

Samuel Elias de Souza

**Supervisão**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

**Revisão**

Bruna Oliveira Ranquine da Rocha

Carlos Eduardo Gonçalves de Melo

Crislayne Andrade de Araújo

Elaine Oliveira Couto

Luciana Bastos Dias

Rebeca Raimundo Cardoso dos Santos

Vivian Barros Volotão Santos

Deborah Baldino Marte (estagiária)

**Editoração**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

Camila Guimarães Simas

Leonardo Simão Lago Alvite

Mayara Barros da Mota

**Capa**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

**Projeto Gráfico**

Aline Cristine Torres da Silva Martins

*The manuscripts in languages other than Portuguese  
published herein have not been proofread.*

**Missão do Ipea**  
Aprimorar as políticas públicas essenciais ao desenvolvimento brasileiro  
por meio da produção e disseminação de conhecimentos e da assessoria  
ao Estado nas suas decisões estratégicas.



**ipea** Instituto de Pesquisa  
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO  
PLANEJAMENTO  
E ORÇAMENTO

